

DESTAQUE

ESCOLAS

Dois terços das inspeccionadas reduziram inflação de notas

IGEC interveio em 11 escolas e oito reduziram a diferença entre as notas internas e os resultados nos exames do ensino secundário. O desalinhamento de notas tem vindo a baixar

Samuel Silva

Três anos de intervenções da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) estão a permitir corrigir a inflação das notas internas dos alunos do ensino secundário. Um relatório relativo ao ano passado mostra que 73% das escolas que foram auditadas reduziram a diferença entre as classificações dadas pelos professores e os resultados alcançados nos exames nacionais. Este desalinhamento tem vindo a baixar em todo o sistema de ensino.

Ao longo do ano passado, a IGEC interveio em 11 escolas — as que apresentavam maior desalinhamento de notas no ano anterior —, oito das quais reduziram a diferença entre as notas internas e os resultados nos exames do ensino secundário. A comparação é feita tendo em consideração os resultados dos exames nacionais de 2018 e 2019.

As maiores correções foram feitas pelo Colégio do Atlântico, no Seixal

(baixou o desalinhamento de 1,72 valores para 0,43), e pelo colégio Cidade Roda, em Pombal (passou de 1,75 para 0,35). Em sentido contrário, a Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura, que é o único estabelecimento de ensino público entre os 11 alvo da inspeção no ano passado, tem a evolução mais pequena (de 1,54 para 1,46 valores), continuando acima da média nacional, que está agora um pouco acima de 1 valor.

De acordo com o documento, que foi publicado ontem no *site* da IGEC, o desalinhamento de notas tem vindo a baixar na generalidade do sistema de ensino. Em 2018, as escolas atribuíam, em média, uma classificação interna aos seus alunos superior em 1,4 valores à que eles conseguiam tirar no exame. Um ano depois, essa diferença desceu para 1,07. A evolução é, porém, mais acentuada nas 11 escolas alvo de inspeção: diminuição de 1,82 para 1,33 valores.

No relatório, a IGEC dá algumas pistas para entender este fenómeno. Quatro das dez escolas intervecionadas no ano passado receberam, já

com o ano lectivo em curso, um total de 38 alunos vindos do ensino público regular. “Na generalidade das disciplinas matriculadas, estes alunos melhoraram a classificação interna da escola de origem”, é sublinhado no documento. O desalinhamento das notas internas tem sido polémico por facilitar o caminho de alguns destes alunos no acesso ao ensino superior.

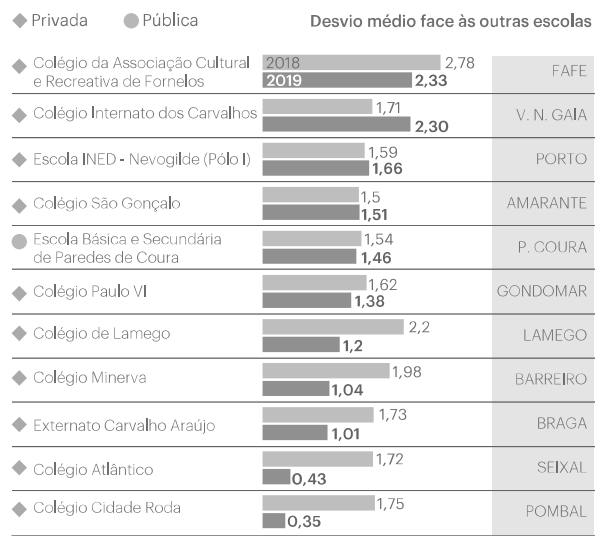
Os inspectores notaram que o fenómeno tende a ser desvalorizado em algumas escolas. Em quase metade (45,5%), o tema nunca tinha sido discutido nos órgãos internos e em cerca de dois terços (63,6%) “não se identificou o desenvolvimento de planos de melhoria visando debelar os desalinhamentos excessivos”.

A IGEC fez várias recomendações, a maioria relacionada com o “rigor na aplicação dos critérios de avaliação”. Em duas escolas, estes critérios não eram sequer convenientemente divulgados aos alunos e às famílias, ao contrário do que é exigido pela lei. São casos como estes que permitem à inspeção uma intervenção mais

A inflação das notas não tem enquadramento legal



Que escolas foram inspeccionadas em 2019 por causa da inflação de notas



Fonte: IGEC

PUBLICO



É muito importante que se faça este acompanhamento. Seria muito danoso se oportunisticamente alguém utilizasse as condições excepcionais

Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação



PANEL BODIVA

Apoio aos pais já abrangeu 194 mil trabalhadores

A Segurança Social pagou apoios excepcionais a 95 mil trabalhadores que tiveram de ficar ou continuar em casa em Maio para acompanhar os filhos por causa da suspensão das aulas presenciais do ensino básico. No entanto, ao todo, o número de trabalhadores abrangidos ao longo dos meses de Março, Abril e Maio é de 193,6 mil, mostram os dados do Ministério do Trabalho.

O número de pessoas abrangidas tem vindo a diminuir. Enquanto no primeiro mês houve 172,3 mil pessoas que ficaram em casa, em Abril esse universo já foi de 99,1 mil, tendo baixado no mês seguinte para 94,9 mil.

Em Maio foram abrangidos 84.592 mil trabalhadores por conta de outrem (de 39 mil empresas), 8836 trabalhadores independentes e 1535

trabalhadores do serviço doméstico. Em média, o número de dias do apoio foi de 27 para o primeiro grupo e de 30 para estes dois últimos.

No caso dos trabalhadores por conta de outrem, o apoio corresponde a dois terços da remuneração-base (a Segurança Social suporta uma parte e a empresa a outra), tendo com limite mínimo 635 euros (o valor do salário mínimo) e um tecto máximo de 1905 euros (três salários mínimos), pago em função do número de dias de faltas.

No caso dos trabalhadores independentes, a verba corresponde a um terço da base de incidência contributiva referente ao primeiro trimestre, tendo como valor mínimo 438,81 euros (o valor de um Indexante de Apoios Sociais, IAS) e máximo 1097,03 euros (o valor de 2,5 IAS). **Pedro Crisóstomo**

musculada sobre os casos de inflação de classificações, permitindo abrir processos disciplinares, como os 57 movidos no último ano por causa dos desalinhamentos de notas.

A inflação das classificações não tem enquadramento legal e por isso a IGEC não pode penalizar as escolas pelo simples facto de encontrar esta prática. Nesses casos, pode apenas emitir recomendações e aconselhar mudanças de procedimentos. No entanto, após a intervenção, “as recomendações foram, em regra, acolhidas, observando-se uma melhoria nos procedimentos”, sublinha o relatório relativo ao ano passado.

O indicador de desalinhamento — que podem ser positivos ou negativos — entre as notas internas dos alunos e os seus resultados nos exames nacionais começou a ser publicado pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em 2015. Os dados têm permitido fazer todos os anos a lista das escolas que mais inflacionam as classificações ou seja, as 10% que atribuem classificações internas “desalinhas para cima”,

onde há 11 estabelecimentos de ensino “repetentes”, entre as quais estão três que foram alvo de intervenção neste ano e melhoraram os seus indicadores (ver texto ao lado).

Em pior situação está o Colégio de Fornelos, em Fafe, que apesar de corrigir o desalinhamento (baixa de 2,78 para 2,33 a inflação média), continua muito acima da média. Em 2019, já depois da intervenção da IGEC, foi o estabelecimento de ensino a apresentar maior inflação de notas internas.

Entre as restantes escolas auditadas, há uma que praticamente mantém o seu indicador, o colégio de S. Gonçalo, em Amarante (subida de 1,5 para 1,51 valores inflacionados). Dois outros colégios pioram os seus resultados. O INED de Nevogilde, no Porto, aumenta de 1,59 para 1,66 valores o seu desalinhamento. Mais surpreendente é o caso do Colégio dos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia, que passa de uma inflação de 1,71 para 2,3. Por isso, vai voltar a ser alvo da inspeção no próximo ano.

samuel.silva@publico.pt

“Repetentes” quase todos inspeccionados

Samuel Silva

Ao longo de uma década, o mesmo grupo de onze escolas deu aos seus alunos notas mais elevadas do que as que estes conseguiram tirar nos exames nacionais. Só um desses estabelecimentos de ensino, o Colégio de Lamego, conseguiu melhorias significativas neste indicador, fruto das intervenções feitas pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC). A lista de “repetentes” não teve mudanças desde 2015.

O Colégio de Lamego foi alvo da IGEC no ano passado e foi mesmo uma das escolas que mais corrigiu o seu desalinhamento, em resultado da intervenção. Até 2018, aquele colégio católico inflacionava, em média, as notas internas dos seus alunos em 2,1 valores. Reduziu agora esse indicador para 1,2 valores.

Houve outros dois colégios que estão sistematicamente entre os que atribuem classificações desalinhas “para cima”, o Externato Carvalho Araújo, de Braga, e o Colégio Paulo VI, em Gondomar, que foram também alvo de inspeção no último

ano. Conseguiram também melhorar os seus resultados.

O colégio bracarense reduziu, depois da intervenção, o seu desalinhamento para 1,01 valores (o indicador situava-se anteriormente em 1,73). A evolução do Colégio Paulo VI é mais modesta: menos 0,24 valores, fixando-se a inflação ainda em 1,38 valores.

O indicador de desalinhamento das notas internas é publicado desde 2015, baseando-se em dados que remontam a 2009. Ou seja, a prática destas 11 escolas mantém-se há pelo menos uma década e a lista não tem sofrido alterações.

Nos últimos três anos, a IGEC interveio em quase todas elas — só as duas únicas representantes públicas, as Secundárias de Monção e Fafe e o Colégio Lusó-Francês, no Porto, não aparecem na listagem que integra o relatório agora publicado. Em anos anteriores, tinham sido alvo de inspeção os colégios da Trofa, de Camões (Gondomar), D. Diogo de Sousa (Braga) e D. Duarte e Ribadouro, ambos no Porto. Este último tem sido motivo de particular atenção por parte da inspeção, tendo sido alvo de pelo menos três processos disciplinares por causa da inflação de notas.

O que acontece com este grupo de 11 escolas contrasta com a tendência geral do sistema de ensino, que tem vindo a diminuir a discrepância entre as notas de internas e os resultados nos exames nacionais — a inflação média, no ano passado, ficou pouco acima de um valor, mostra o relatório agora divulgado. Também a generalidade das escolas que foram encontradas a desalinhar as notas “para cima” corrigiu a trajetória nos últimos anos. A IGEC compara o grupo das 32 escolas mais “desalinhas para cima” em 2014 e em 2019 para concluir que, nesse período, 87,5% destas melhoraram o indicador das notas internas, deixando de integrar a lista. Em quatro anos, a Inspeção-Geral realizou 45 intervenções em 39 escolas por causa do desalinhamento de notas.



Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação